

INDICE DAS MATÉRIAS

	Páginas
<i>Introdução</i>	
Primeira parte O CONFLITO ENTRE O LIBERALISMO E O AUTORITARISMO	
LIVRO	
<i>A tentativa de hegemonia universal de Luiz XIV e a supremacia marítima e colontal da Inglaterra</i>	
CAPÍTULO I — A derrocada do poderio espanhol e o estabelecimento da hegemonia francesa.	
1. <i>A crise do absolutismo</i>	5
O início do reinado de Luiz XIV, pág. 3.—A Fronda parlamentar, pág. 4. —O Ocidente reage contra o absolutismo, pág. 5.—A Fronda dos príncipes, pág. 6.	
2. <i>A paz dos Pirineus consagra a hegemonia francesa (1659)</i>	8
A aliança inglesa assegura a vitória da França sobre a Espanha, pág. 8.	
3. <i>A hegemonia francesa impõe-se à Alemanha</i>	9
O Reno e a Baviera aproximam-se da França, pág. 9.—O Brandeburgo, com o apoio da França e das Províncias Unidas, torna-se numa monarquia militar, pág. 10.	
CAPÍTULO II — A luta pelo mar entre as repúblicas da Inglaterra e das Províncias Unidas.	
1. <i>O desenvolvimento da marinha inglesa durante a república e a ditadura de Cromwell</i>	14
A república (1649-1653), pág. 14.—O «Acto de Navegação» provoca a primeira guerra da Holanda, pág. 15.—A guerra da Holanda leva Cromwell a estabelecer a ditadura, pág. 16.—Cromwell projecta uma federação entre as repúblicas inglesa e holandesa, pág. 16.—A política marítima e a aliança com a França, pág. 17.—A restauração da monarquia, pág. 19.	

2. *Riqueza comercial e decadência política da república burguesa da Holanda* 90
 O mercantilismo, pág. 20.—O liberalismo intelectual, pág. 21.—O declínio político, 25.
- CAPÍTULO III — A marcha para o absolutismo.**
1. *A evolução do absolutismo em França sob Colbert* 24
 A organização do Estado, pág. 24.—O «colbertismo», pág. 25.—Luiz XIV impõe a política de prestígio, pág. 28.—O absolutismo dá à França instituições culturais, pág. 29.—As tendências contraditórias da política francesa, pág. 30.
2. *A política absolutista de Carlos II na Inglaterra* 31
 Carlos II continua a política nacional, pág. 31.—O absolutismo leva Carlos II a voltar à política de aliança dinástica, pág. 32.—O absolutismo é apoiado pela filosofia materialista, pág. 32.
3. *O absolutismo conduz da política de equilíbrio à política de hegemonia* 34
 A primeira guerra do Norte pela hegemonia no Báltico (1665-1667), pág. 34.—A Turquia retoma a ofensiva contra a Europa, pág. 38.—Luiz XIV rompe a aliança com a Turquia e intervém como protector do Imperador Leopoldo I, pág. 36.
4. *O recrudescimento das políticas de hegemonia* 37
 O absolutismo monárquico de Leopoldo I provoca a revolta da Hungria, pág. 37.—A Inglaterra aproxima-se da Turquia, pág. 38.—A guerra da Devolução (1667-1668). Luiz XIV empreende uma política de hegemonia dinástica, pág. 39.—O absolutismo dinástico de Carlos II provoca a segunda guerra anglo-holandesa (1664-1667), pág. 40.—A ocupação da Bélgica levanta contra a França a aliança das potências marítimas, pág. 40.
- CAPÍTULO IV — Luiz XIV impõe à França o absolutismo autoritário e a política de hegemonia.**
1. *A guerra da Holanda* 42
 A ruptura do equilíbrio estabelecido em 1648 e o isolamento da França, pág. 42.—A política de Colbert arrasta a França para a guerra contra a Holanda, pág. 44.—Luiz XIV prepara a guerra contra a Holanda fazendo um pacto dinástico com Carlos II, pág. 45.—A guerra da Holanda (1672-1678), pág. 46.—A Holanda forma uma coligação continental contra a França, pág. 46.—O parlamento inglês exige que se reate a aliança com a Holanda, pág. 47.—A França recusa a guerra contra a Inglaterra e assina a paz de Nimègue (1678), pág. 48.—As consequências económicas da guerra da Holanda, pág. 49.
2. *Após a guerra da Holanda, a corrente absolutista reforça a hegemonia francesa* 49
 Na Holanda, pág. 49.—Na Suécia, pág. 50.—No Brandeburgo, pág. 50.—Na Inglaterra, pág. 51.—Na Espanha, pág. 52.—Todos os soberanos absolutos se voltam para Luiz XIV, pág. 53.
3. *O absolutismo autoritário, fundamento da hegemonia francesa* 54
 Instauração do autoritarismo, apoiada na prosperidade da França, pág. 54.—O imperialismo colonial, pág. 55.—As «câmaras de reunião» levam o

autoritarismo para o plano internacional, pág. 55. — Luiz XIV aspira ao império, pág. 56. — O absolutismo de direito divino, pág. 58. — A revogação do Édito de Nantes, pág. 60.

CAPÍTULO V — O absolutismo autoritário de Luiz XIV é posto em cheque pelo parlamentarismo inglês.

1. As tendências republicana e monárquica criam na Inglaterra a monarquia parlamentar. 63

A política autoritária de Jaime II (1685-1688), pág. 63. — O imperialismo de Luiz XIV provoca a formação contra ele da Liga de Augsburgo, pág. 64. — A revolução de 1688 introduz na Inglaterra a monarquia parlamentar, pág. 65.

2. A guerra da Liga de Augsburgo põe fim à hegemonia francesa (1688-1697) 67

Luiz XIV trava uma luta dupla: de hegemonia, dos Bourbons contra os Habsburgos; ideológica, do absolutismo contra o parlamentarismo, pág. 67. — A paz de Ryswick restabelece a política de equilíbrio, pág. 70. — O tratado de Karlowitz acaba com o poderio turco e abre a questão do Oriente, pág. 71.

3. A tentativa de condomínio anglo-francês 72

A aproximação franco-inglesa, pág. 72. — A partilha de Londres, pág. 73. — A sucessão de Carlos II faz voltar Luiz XIV à política de hegemonia dinástica, pág. 74.

CAPÍTULO VI — A última tentativa de hegemonia universal de Luiz XIV. A guerra da Sucessão de Espanha.

1. A guerra da Sucessão de Espanha inicia duplo conflito pela hegemonia marítima entre a França e a Inglaterra e pela hegemonia continental entre os Bourbons e os Habsburgos. 76

O malogro do condomínio franco-inglês reacende a guerra, pág. 76. — O conflito pela hegemonia dos mares entre a França e a Inglaterra, pág. 78. — Renova-se o duelo entre os Bourbons e os Habsburgos, pág. 79. — A política de hegemonia universal obriga a França a travar duas guerras simultâneas: uma pelo domínio dos mares, outra pela hegemonia continental, pág. 79.

2. O conflito pelo domínio do Báltico. A segunda guerra do Norte 80

A Polónia procura estender-se desde o Báltico ao Mar Negro, pág. 80. — Pedro o Grande pretende reservar à Rússia a via Báltico-Mar Negro, pág. 81. — A Áustria ambiciona a posse da bacia danubiana e o domínio do Mar Negro, pág. 81. — O Brandeburgo ambiciona conquistar a Pomerânia, pág. 82. — A segunda guerra do Norte (1700-1721) e a instauração do poderio russo, pág. 82. — A Inglaterra procura deter a expansão da Rússia para o Báltico, pág. 83. — A Inglaterra abandona a coligação contra a França, pág. 84.

3. Os tratados de Utrecht (1713) e de Nystadt (1721) restabelecem o equilíbrio europeu 85

Os tratados de Utrecht põem termo à política de hegemonia dinástica, pág. 85. — A Inglaterra sai vitoriosa da guerra, pág. 87. — A fusão da

Inglaterra e da Escócia, pág. 88. — O parlamentarismo inglês vence o absolutismo continental, pág. 89. — O tratado de Nystadt (1721) inicia uma era de imperialismo territorial na Europa central, pág. 89.

CAPÍTULO VII — *O florescimento intelectual do Ocidente acompanha a sua expansão económica* 95

A decadência económica da Bélgica, da Espanha e da Itália é acompanhada pela sua decadência intelectual, pág. 95. — A irradiação artística da Itália sobrevive graças aos recursos do Vaticano, pág. 95. — As grandiosas realizações do absolutismo monárquico na França, pág. 95. — Londres é transformada pela sua riqueza, pág. 96. — A influência do classicismo ocidental estende-se à Alemanha, pág. 97. — A irradiação da França, pág. 97. — A concepção de uma moral separada da religião, pág. 99. — O cosmopolitismo intelectual, pág. 100. — A emancipação do pensamento, pág. 101. — A noção da perfectibilidade da verdade, pág. 102. — O universalismo da ciência, pág. 102.

LIVRO II

A formação dos grandes estados continentais

CAPÍTULO VIII — *A Áustria e o Brandeburgo destacam-se das ruínas do Santo Império Germânico.*

1. *O fim do Santo Império Germânico* 107

O novo equilíbrio da Europa, pág. 107. — A desagregação do Santo Império após os tratados de Vestefália, pág. 108.

2. *O Brandeburgo toma lugar entre as potências europeias* 112

A revogação do Édito de Nantes instala na Prússia uma burguesia que a torna num Estado moderno, pág. 112. — O Brandeburgo edifica o reino da Prússia sobre o poderio militar, pág. 113.

3. *A Áustria afirma-se como a primeira potência continental e empreende, na Bélgica e na Itália, uma política marítima* 115

O imperador isola-se do Santo Império para ser o soberano dos Estados da Áustria, pág. 115. — Os Habsburgos impõem-se na Hungria como reis hereditários, pág. 115. — O império monárquico da Áustria, pág. 117. — Leopoldo I reivindica a herança espanhola e retoma a luta pela hegemonia, pág. 118. — A hegemonia dos Habsburgos mostra-se uma vez mais irrealizável, pág. 118. — Os tratados de Utrecht fazem da Áustria uma potência marítima, pág. 120. — A Áustria promove na Bélgica e na Itália uma política marítima de expansão económica, pág. 121.

CAPÍTULO IX — *A decadência da Polónia* 120

A Polónia em face da Rússia e da Turquia, pág. 123. — Sobieski vê malograr-se a sua política de reforma monárquica, pág. 125. — O regime senhorial detém a evolução monárquica da Polónia, pág. 126. — A Polónia torna-se vassala da Rússia, pág. 128.

CAPÍTULO X — *O Elba marca na Europa a fronteira entre a civilização ocidental e a civilização continental* 130

A evolução marítima dos Estados ocidentais, pág. 130. — A influência dos Estados ocidentais estende-se até ao Elba, pág. 131. — A Leste do Elba, a evolução social continua a ser dominada pelo regime dominial, pág. 135. — A indústria penetra na Alemanha central sob a influência do Ocidente, pág. 137. — A evolução política dos Estados continentais está em relação directa com a sua estrutura social, pág. 138.

CAPÍTULO XI — *O advento do poderio russo.*

1. *As constantes da política internacional da Rússia.* 142
A herança imperial de Bizâncio, pág. 142. — O progresso para Oeste, pág. 143. — Os três grandes problemas europeus da política russa, pág. 145. — A expansão russa na Ásia, pág. 146. — As constantes da política estrangeira da Rússia, pág. 146. — Pedro o Grande introduz na Rússia a técnica ocidental, pág. 147.
2. *Para modernizar a Rússia, Pedro o Grande condu-la para o estatismo* 148
O restabelecimento da via Báltico-Mar Negro, pág. 148. — Pedro o Grande prepara a europeização da Rússia, pág. 149. — As medidas imperiais exigem o recurso ao estatismo autoritário, pág. 150. — A propriedade da terra é posta ao serviço do Estado, pág. 151. — O estatismo reduz os camponeses à servidão, pág. 152. — O Estado organiza a economia, pág. 153. — A burguesia, indispensável ao desenvolvimento económico, forma uma classe livre, pág. 153.
3. *A Rússia no fim do reinado de Pedro o Grande.* 154
O carácter estatista do desenvolvimento económico na Rússia, pág. 154. — A política de «ocidentalização» da Rússia não modifica a sua tradição, pág. 155. — A posição internacional da Rússia em seguida à paz de Nystadt, pág. 156.

LIVRO II

*A França hesita entre a orientação marítima e a política continental.
Do domínio franco-inglês à aliança austro-francesa*

- CAPÍTULO XII — *O restabelecimento da «entente» franco-inglesa* 159
O encerramento dos mares, de 1700 a 1713, provoca grave crise económica na França, pág. 159. — Os vastos recursos da França ultramarina, pág. 160. — Os tratados de 1713, abrindo-lhe os mares, fazem com que a França recupere a prosperidade, pág. 161. — A França orienta-se para a política marítima, pág. 162. — A crise da sucessão na Inglaterra desloca a «entente» com a França do plano dinástico para o económico, pág. 163. — A morte de Luiz XIV provoca em França uma crise política, pág. 164. — A política de paz impõe-se à regência, pág. 165. — A aliança de Hanovre, pág. 167.
- CAPÍTULO XIII — *A expansão do capitalismo e a formação dos grandes consórcios financeiros.* 168
O desenvolvimento do capitalismo unifica a evolução económica da França, da Inglaterra e das Províncias Unidas, pág. 168. — A Companhia dos Mares do Sul na Inglaterra, pág. 168. — A crise financeira em França,

pág. 170. — O «sistema» de Law, pág. 171. — As quebras financeiras na França e na Inglaterra, pág. 172. — O parlamentarismo moderno instala-se na Inglaterra, pág. 174. — O proteccionismo garante o desenvolvimento industrial e colonial da Inglaterra, pág. 174. — O capitalismo faz surgir um proletariado urbano, pág. 175. — O afrouxamento do colbertismo em favor do liberalismo faz desenvolver-se o comércio marítimo da França, pág. 176. — O capitalismo arruína a nobreza francesa, pág. 177. — A expansão da indústria e o enriquecimento da burguesia, pág. 179. O capitalismo escraviza o trabalhador industrial e liberta o camponês, pág. 179. — Consequências diversas do capitalismo sobre o regime da terra na França e na Inglaterra, pág. 180. — O capitalismo na Holanda, pág. 181. — As tentativas de expansão marítima da Bélgica são asfixiadas pelo imperialismo económico das potências marítimas, pág. 183. — A criação e o malogro da Companhia de Ostende, pág. 184. — A tentativa espanhola de reconstrução por meio do mercantilismo, pág. 186. — A carência de capitais dificulta a reconstituição económica da Espanha, pág. 187. — A Europa central mantém-se fiel ao regime senhorial, pág. 188.

CAPÍTULO XIV — *O condomínio anglo-francês (1716-1740)*

1. *A política pacífica da aliança de Hanovre* 191
 A aliança de Hanovre coliga as potências marítimas, pág. 191. — A França recusa a Pedro o Grande a aliança ocidental que ele procura para realizar uma política de hegemonia continental, pág. 192. — O conflito dinástico entre a Áustria e a Espanha prepara nova guerra europeia, pág. 193. — A Espanha oferece à Rússia a aliança ocidental recusada pela França, pág. 194. — Filipe V de Espanha desencadeia a guerra, pág. 194. — A França e a Inglaterra impõem a paz, pág. 195. — A aliança de Hanovre impõe-se à política marítima empreendida pela Áustria, pág. 195. — A aliança de Hanovre procura deter a expansão russa, pág. 196. — O casamento de Luiz XIV com Maria Leczinska prepara o regresso da França à política dinástica, pág. 196.
2. *Contra a aliança de Hanovre constitui-se uma «entente» hispano-austro-russa* 197
 A Espanha e a Áustria opõem o tratado de Viena à aliança de Hanovre, (1725), pág. 197. — A aproximação da Áustria e da Rússia, pág. 197. — A Suécia e a Polónia na esfera de influência russa, pág. 198. — A decadência da Turquia, pág. 199. — O condomínio anglo-francês impõe pela segunda vez a paz, pág. 199.
3. *A guerra da Sucessão da Polónia* 200
 A Rússia — que a Áustria apola por razões dinásticas — pretende impor à Polónia a sua tutela, pág. 200. — A intervenção limitada da França, pág. 201. — O tratado de Viena (1738) garante a preponderância dos Bourbons no Mediterrâneo ocidental e prepara a anexação da Lorena à França, pág. 202. — A questão do Oriente durante a guerra da Sucessão da Polónia, pág. 203. — A paz de Belgrado salva a Turquia e restabelece a preponderância francesa no Levante, pág. 205. — A dupla reunião das nações marítimas e das monarquias continentais, pág. 206.

CAPÍTULO XV — *O fim da «entente» franco-inglesa e a guerra da Sucessão de Austria*

1. *A restauração do absolutismo afasta a França da «entente» com a Inglaterra* 208

O eclipse do absolutismo sob a regência, pág. 208. — A reacção da nobreza submete a monarquia à influência predominante da corte, pág. 209. — A subida ao trono de Luiz XV assinala a restauração do absolutismo, pág. 209. — O absolutismo conduz novamente a França à política dinástica, pág. 210. — O reaparecimento dos planos de hegemonia, pág. 210.

O pragmatismo e o imperialismo económico da Inglaterra cedem à miragem da guerra 211

O governo da oligarquia burguesa, pág. 211. — O liberalismo pragmático do partido *whig*, pág. 213. — A reconstituição do partido *tory* como defensor dos interesses nacionais, pág. 214. — O governo Walpole lança-se numa política de imperialismo económico baseada na paz, pág. 214. — O pragmatismo, fulcro da política de paz, torna-se fautor de guerra, pág. 215.

3. *A guerra da Sucessão de Áustria (1740-1748)*

A guerra da Inglaterra e da Espanha provoca a ruptura da «entente» franco-britânica, pág. 215. — A morte de Carlos VI desencadeia a guerra da Sucessão de Áustria, pág. 216. — A França, apoiada na aliança da Prússia e da Espanha, volta à política de hegemonia, pág. 217. — Luiz XIV faz incidir o esforço da França sobre o continente, pág. 218. — A Inglaterra intervém no continente e toma a direcção da guerra, pág. 219. — O tratado de Worms coliga a Europa contra os Bourbons, pág. 221. — O malogro da política continental da Inglaterra, pág. 222. — O malogro da política continental da França, pág. 223. — O malogro do imperialismo austríaco, pág. 223. — O regresso à política de equilíbrio, pág. 224. — O duelo anglo-francês no mar e nas colónias. A França ganha posição dominante na Índia, pág. 225. — A Inglaterra apodera-se da foz do S. Lourenço, pág. 225. — A campanha da Holanda obriga a Inglaterra a aceitar a paz, pág. 226. — A Inglaterra, provocando a intervenção russa, força Luiz XV a negociar, pág. 227. — A França e a Inglaterra estabelecem sòzinhos as cláusulas da paz de Aix-la-Chapelle, pág. 227. — A França sacrifica as suas conquistas territoriais à conservação das colónias, pág. 228. — A Inglaterra volta à política de paz, pág. 230.

CAPÍTULO XVI — *A formação da aliança austro-francesa e a guerra dos Sete Anos (1756-1763).*

1. *A expansão económica da Inglaterra e da França em seguida à paz de Aix-la-Chapelle*

O desenvolvimento industrial da Inglaterra, pág. 231. — A expansão do comércio marítimo e da indústria em França, pág. 232.

2. *A oposição ao absolutismo em França*

O governo pessoal de Luiz XV, pág. 233. — As ordens privilegiadas e a corte opõem-se à política de reformas, pág. 233. — Os parlamentos reagem contra o autoritarismo do rei e da Igreja, pág. 235.

3. *A política inglesa é dominada pela febre dos negócios* 237

4. *A rivalidade colonial entre a França e a Inglaterra* 238

A paz de Aix-la-Chapelle deixa sem solução todas as causas de conflito, pág. 238. — A França reage contra a paz de Aix-la-Chapelle, pág. 239. —

A França renuncia à política de expansão na Índia, pág. 240. — As colónias inglesas iniciam hostilidades contra o Canadá, pág. 241.

5. *A Europa vive na expectativa da guerra* 242
 A corrida aos armamentos, pág. 242. — A Áustria tenta organizar uma «entente» austro-franco-russa, pág. 242. — Luiz XV pretende garantir a paz por meio de uma Liga—Saxe-Polónia-Suécia-Turquia—com o apoio da Rússia, pág. 243. — Jorge II prepara uma coligação do Hanovre-Saxe-Rússia-Áustria contra a Prússia, pág. 244. — A Inglaterra entra em guerra contra a França, pág. 245. — A Prússia alia-se à Inglaterra, pág. 245.
6. *A tentativa de um condomínio austro-francês* 245
 A França, isolada, aceita a aliança que lhe oferece a Áustria, pág. 245. — A França lança-se numa política de condomínio, pág. 248.
7. *A guerra dos Sete Anos (1756-1763)* 249
 A Prússia inicia a luta contra a Áustria, pág. 249. — A França entra em guerra ao lado da Áustria e contra a Inglaterra, pág. 249. — A Inglaterra conquista as colónias francesas, pág. 251. — A Prússia é salva pela defeecção da Rússia, pág. 251. — O tratado de Paris (1763) tira à França o seu império colonial, pág. 252.

Segunda Parte — O MUNDO DIVIDE-SE ENTRE A CIVILIZAÇÃO MARÍTIMA E A CIVILIZAÇÃO CONTINENTAL

LIVRO IV

O domínio da Europa sobre o mundo

CAPÍTULO XVII — *A América é integrada na civilização marítima como reflexo da Europa ocidental.*

1. *A evolução do Brasil português e das colónias espanholas* 257
 O Brasil português torna-se num Estado autónomo, pág. 257. — O estatismo torna impossível o desenvolvimento normal das colónias espanholas, pág. 259.
2. *A origem dos Estados Unidos da América* 262
 A era da colonização espontânea, pág. 262. — O intervencionismo de Cromwell e a política de conquistas coloniais de Carlos II, pág. 265. — Guilherme de Orange introduz na América o sistema das províncias reais, pág. 266. — A evolução interna das colónias inglesas, pág. 267. — Os prenúncios da independência, pág. 269.
3. *O Canadá e as Antilhas* 271
 A ocupação francesa do Canadá e da Guiana revela-se estéril, pág. 271. — A importância económica das Antilhas, pág. 272. — O desenvolvimento das ilhas inglesas da América, pág. 273. — O comércio ilegal, pág. 274. — A América é solidária da civilização ocidental, pág. 275.

CAPÍTULO XVIII — *A decadência dos impérios muçulmanos.*

1. *O fim do poderio otomano* 276
- O poderio militar faz da Turquia um elemento do equilíbrio europeu. — A aliança com a França, pág. 276. — Prepara-se a decadência da Turquia, pág. 277. — A perda da aliança francesa inicia o período do declínio, pág. 278. — A Áustria, a Polónia, a Rússia, Veneza e Malta constituem a Santa Liga contra a Porta, pág. 281. — Luiz XV reata a aliança com a Turquia e arrasta-a na sua derrota, pág. 282. — Depois da paz de Karlowitz, a Turquia torna-se protegida da Inglaterra, pág. 283. — A França recupera a preponderância na Turquia, pág. 284. — A paz de Kainardji (1774) dá à Rússia uma situação predominante na Turquia, pág. 285. — A Pérsia passa a ter, o primeiro lugar entre os Estados muçulmanos, pág. 286.
2. *A ruína do Império persa* 286
- A preeminência da Pérsia entre os Estados muçulmanos, pág. 287. — As invasões dos Afegãos e dos Turcomanos arruinam o Império persa, pág. 288. — O usurpador Nadir Xá liberta a Pérsia e empreende uma política de conquistas, pág. 289. — A decadência política da Índia provoca a ruína do comércio persa, pág. 290.
3. *A ruína do Império dos Grão-Mogóis na Índia* 290
- A unidade da Índia sob o domínio dos Grão-Mogóis e o humanismo persa, pág. 290. — O estatismo provoca a decomposição do Império de Delhi, pág. 294. — Aurangzeb apoia o autoritarismo numa rigorosa unidade religiosa que leva à desagregação do Império, pág. 291. — A decomposição do Império de Delhi, pág. 294.
4. *Os Europeus na Índia até à queda de Delhi (1793)*. 296
- O período da supremacia portuguesa, pág. 296. — O período da supremacia holandesa, pág. 297. — Os Ingleses obtêm a supremacia, pág. 298. — Os Franceses instalam-se na Índia, pág. 300. — A França lança os alicerces de um império da Índia, pág. 301.
5. *A Índia torna-se colónia inglesa* 303
- Os Maharatas dominam o centro e o Sul da Índia, pág. 303. — Dupleix estabelece as bases de um império colonial francês na Índia meridional, pág. 304. — A demissão de Dupleix e a extinção do poderio dos Maharatas entregam a Índia aos Ingleses, pág. 304. — A United Company sucede aos imperadores de Delhi, pág. 305. — A servidão rural no Norte da Índia, pág. 306. — Warren Hastings impõe à Índia a autoridade inglesa, pág. 307.

CAPÍTULO XIX — *A China e o Japão nos séculos XVII e XVIII.*

1. *A China antes da conquista manchu* 308
- A oposição entre a China e o Islam, pág. 308. — O malogro da tentativa de expansão marítima da China no tempo dos Ming, pág. 308. — A China mantém o domínio das suas relações marítimas, pág. 309. — A «cristianização» do pensamento chinês na época dos Ming, pág. 310. — O estatismo dos Ming faz surgir uma oligarquia de funcionários que se transforma numa nobreza senhorial, pág. 313. — A decomposição do regime dos

Ming, pág. 314. — Os jesuítas põem a China em contacto com a técnica ocidental, pág. 314.

2. *O apogeu da China na época da dinastia manchu* 314

Uma reforma agrária torna a China num país de pequenos proprietários, pág. 315.—As regiões do Sul são postas sob um regime de ocupação militar, pág. 315.—Os jesuítas tornam-se os conselheiros técnicos da corte, pág. 316. — A difusão do cristianismo e o seu malogro, pág. 316. — O imperialismo manchu restabelece a China na posição que disfrutara sob os Hang e os Tang, pág. 317. — O apogeu manchu com Kien-long, pág. 319. — O renascimento artístico, pág. 320. — Os pródromos da decadência, pág. 321.

3. *A economia comercial e monetária substitui no Japão a economia feudo-senhorial e prepara-o para a penetração estrangeira* . . . 325

CAPÍTULO XX—*A África permanece um mundo ignorado pela Europa* . . . 326

A Europa medieval perdeu contacto com a África em benefício do Islam, pág. 326. — O mundo africano, pág. 327. — Portugueses, Espanhóis, Ingleses, Holandeses e Franceses instalam-se nas costas africanas desde o século XV, pág. 328. — Os Portugueses na bacia do Congo, pág. 329. — O tráfego dos escravos na Guiné, pág. 331.—Os Holandeses estabelecem as bases da colónia do Cabo, pág. 332.

CAPÍTULO XXI—*O domínio europeu sobre o mundo* 333

Os países do Ocidente da Europa dominam todos os mares do Sul, pág. 333. — Os Estados continentais não participaram na evolução marítima da Europa, pág. 334. — A expansão continental da Rússia estende-se até ao Pacífico, pág. 334.—A decadência dos impérios muçulmanos favorece a expansão europeia, pág. 335. — O Oceano Atlântico constitui um mar interior em torno do qual se desenvolve a civilização ocidental, pág. 336. — As nações ocidentais são as únicas a desempenhar papel mundial, pág. 337.

LIVRO V

A civilização ocidental torna-se a civilização da Europa

CAPÍTULO XXII—*O desenvolvimento do alto capitalismo encaminha o Ocidente para o liberalismo económico.*

1. *Relance sobre a evolução geral da Europa no fim do século XVIII* . . . 339

Capitalismo cosmopolita e liberalismo económico, pág. 339. — Desenvolvimento da agricultura, pág. 340. — Desenvolvimento das vias de comunicação, pág. 340. — Racionalismo pragmático, pág. 341. — Burguesia comercial e proletariado, pág. 341.—Alargamento das funções do Estado e política de reforma, pág. 341. — Antinomia da evolução a Oeste e a Leste do Elba, pág. 342.

2. *A primazia económica da Inglaterra* 345

A primazia marítima, pág. 345. — A industrialização, pág. 345.— O capitalismo agrícola, pág. 344. — A tecelagem ganha carácter capitalista,

pág. 346. — A introdução da tecelagem mecânica, pág. 346. — O capitalismo e a técnica promovem o desenvolvimento da metalurgia e das minas de carvão, pág. 347. — Novas indústrias, pág. 347. — Desenvolvimento das vias de comunicação terrestres e fluviais, pág. 348. — A organização do crédito pelos bancos particulares, pág. 348. — O liberalismo económico, pág. 348. — O fim do corporativismo, pág. 349. — Formação do proletariado industrial, pág. 449. — O rápido aumento da população entre 1750 e 1800, pág. 360.

3. *O desenvolvimento do alto capitalismo em França* 351
- A crise económica durante a guerra dos Sete Anos, pág. 351. — À paz de Paris segue-se grande expansão do comércio marítimo, pág. 351. — O capitalismo privilegiado provoca o desenvolvimento da indústria, pág. 352. — A criação da Caixa de Desconto, pág. 353. — O movimento do comércio francês apresenta uma balança nitidamente positiva, pág. 353. — O desenvolvimento das estradas e dos canais, pág. 354. — A economia dirigida recua perante o liberalismo económico, pág. 355. — O conflito entre o liberalismo e o corporativismo, pág. 356. — Capitalistas e arrendatários gerais, pág. 356. — A formação do proletariado industrial, pág. 357. — A escola dos fisiocratas opõe-se ao mercantilismo, pág. 358. — A constituição da pequena propriedade rural, pág. 359. — O rápido aumento da população, pág. 360.
4. *O abandono dos monopólios de Estado provoca na Espanha, e especialmente na Catalunha, um renascimento económico* 360
- O colbertismo vence o regime do monopólio de Estado, pág. 360. — As ideias liberais penetram na Espanha, pág. 361. — A reforma colonial, pág. 361. — Introdução das companhias privilegiadas, pág. 362. — O desaparecimento dos monopólios de Estado, pág. 362. — A liberdade de comércio faz ressurgir a economia da Espanha e das suas colónias, pág. 363. — Aumento da população, pág. 363. — O malogro das reformas agrárias, pág. 364.
5. *Portugal tenta a sua reconstituição económica pela ditadura* 365
- Pombal suprime os morgadios e substitui o colbertismo à política do monopólio do Estado, pág. 365. — A política de valorização das colónias, pág. 366. — Apesar das reformas pombalinas, Portugal continua a ser um país inactivo, pág. 366.
6. *As Províncias Unidas perdem a primazia entre as potências económicas* 367
- A supremacia das Províncias Unidas durante a segunda metade do século XVII, pág. 367. — A riqueza agrícola, fruto da liberdade das populações rurais, pág. 368. — Dirigida por homens de negócios, a república descarta a sua esquadra e perde o domínio dos mares, pág. 368. — A dissolução da Companhia das Índias Ocidentais, pág. 368. — A decadência da Companhia das Índias Orientais, pág. 370. — A queda do comércio internacional holandês em seguida à guerra da Sucessão de Espanha, pág. 370. — A colonização da ilha de Java, pág. 371. — Os capitais holandeses financiam os empréstimos de Estados estrangeiros, pág. 371.
7. *O ressurgimento económico da Bélgica* 372
- O ressurgimento da vida económica na Bélgica em seguida aos tratados de Utrecht, pág. 372. — A prosperidade agrícola devida à introdução de

técnicas novas, pág. 373. — A produção agrícola permite a criação de uma nova indústria e reanima o comércio internacional, pág. 374. — Salários baixos e proletariado, pág. 374. — Reatam-se os contactos internacionais, pág. 375. — A Bélgica põe em prática uma política de trânsito, pág. 375. — Aumento da população e da riqueza nacional, pág. 379.

8. *A prosperidade económica da Confederação Helvética* 376
- A guerra dos Trinta Anos inicia a era da grande prosperidade da Suíça, pág. 376. — A iniciativa particular promove a prosperidade, pág. 377. — A acumulação dos capitais, devido à paz, dá origem a considerável actividade bancária, pág. 378. — O Banco de Genebra e a sua influência em França, pág. 378.
9. *A Itália permanece à margem da corrente capitalista* 378
- A decadência de Veneza, pág. 378. — Na Toscana: progresso da agricultura e desenvolvimento do porto de Livorno, pág. 379. — Milão, a maior cidade dos Estados dos Habsburgos, ressurgue economicamente, pág. 379. — A decadência dos Estados da Igreja, pág. 380. — Parma e Modena permanecem inactivas, pág. 380. — Prosperidade agrícola do reino da Sardenha, pág. 380. — O Piemonte pratica uma política de trânsito, pág. 381. — O reino das Duas-Sicílias permanece à margem da economia internacional, pág. 381. — Génova mantém a sua actividade marítima e financeira, pág. 381.
10. *Os países escandinavos integram-se na economia ocidental* 382
- As minas de ferro orientam a Suécia para as potências marítimas, pág. 382. — A Dinamarca volta-se para a Inglaterra, pág. 383.
11. *A evolução das teorias económicas nos países da Europa ocidental* 385
- A economia é dominada pelo progresso da ciência, pág. 383. — O comércio toma carácter permanente; a decadência das feiras, pág. 384. — O mercantilismo e a teoria da balança comercial, pág. 384. — A concentração dos capitais e o progresso da finança internacional põem em cheque o mercantilismo, pág. 386. — O liberalismo económico leva de vencida as teses mercantilistas, pág. 387. — Os fisiocratas, pág. 388. — Adão Smith, pág. 389.

CAPÍTULO XXIII — *A evolução económica da Europa central orienta-se para a economia dirigida. A Alemanha integra-se na economia internacional.*

1. *A evolução económica e social do Oeste e do Sul da Alemanha* 390
- O Hanovre sofre a influência directa da Inglaterra, pág. 390. — A indústria desenvolve-se no Saxe, sob influência do comércio britânico, pág. 391. — O renascimento económico de região renana e a atracção das Províncias Unidas e da Bélgica, pág. 391. — A economia francesa faz renascer a do Palatinado, de Baden e do Wurtemberg, pág. 392. — A Baviera e a Áustria permanecem regiões exclusivamente agrícolas, pág. 393. — A exportação francesa desce o Danúbio, pág. 394. — A Alemanha ocidental, orientada para as potências marítimas, retoma o seu lugar na economia internacional, pág. 393.
2. *O desenvolvimento económico da Prússia* 394

O regime senhorial mantém-se a Leste do Elba, pág. 394.—Frederico II e a organização financeira da Prússia, pág. 395. — Frederico II restaura a economia agrícola nos moldes do regime senhorial, pág. 396.—A política de colonização agrária faz surgir uma classe de rendeiros livres, pág. 396.—A servidão é abolida nos domínios senhoriais, pág. 396.—A criação do Banco Real da Prússia, pág. 397. — O desenvolvimento da indústria pelos métodos do colbertismo, pág. 397. — Organização das vias de comunicação e de uma marinha mercante, pág. 398. — O carácter «artificial» da indústria prussiana, pág. 398.

3. *A evolução económica nos Estados habsburgueses*
- O Danúbio atrai a Áustria e a Hungria para o Ocidente, pág. 399. — A valorização da agricultura graças à melhoria de condição dos camponeses, pág. 399. — A emancipação dos servos nos domínios da coroa, pág. 400. — Maria-Teresa introduz na Áustria os métodos mercantilistas, pág. 400. — A Áustria procura orientar-se para o mar, pág. 401.
4. *A Alemanha e a Áustria integram-se na economia internacional* 402
- O capitalismo ocidental reanima a economia da Alemanha central através das vias fluviais, pág. 405. — A Alemanha sai do seu isolamento, pág. 404.
5. *A economia agrária da Polónia e da Rússia* 404
- A Polónia conserva o seu estatuto senhorial, pág. 404. — A Rússia torna-se um ponto de contacto entre a economia da Ásia e da Europa, pág. 405. — Desde Pedro o Grande, os czares favorecem a criação de manufacturas, pág. 405. — O regime senhorial e a servidão permanecem como bases da economia russa, pág. 405. — Catarina II, secularizando os bens da Igreja, transforma os servos da Igreja em servos do Estado, pág. 407.
- CAPITULO XXIV — *Os centros e as vias do comércio internacional* 408
- As diversas zonas económicas, pág. 408. — O comércio interno das diversas zonas constitui a base da economia mundial, pág. 410. — A extensão do papel da moeda, pág. 412. — As grandes vias do comércio internacional, pág. 414. — O Ocidente e a China são os dois polos da economia mundial, pág. 415. — O tráfico dos metais preciosos, pág. 416.
- CAPITULO XXV — *O cosmopolitismo na ciência e no direito*.
1. *A universalidade e a vulgarização da ciência*
- A civilização atlântica encaminha-se para o liberalismo e para o cosmopolitismo, pág. 419. — A vulgarização da ciência, pág. 420. — O carácter internacional do progresso científico, pág. 420.
2. *A descoberta científica da terra* 422
3. *O cosmopolitismo afirma-se nas concepções do direito internacional* 424
- A noção do equilíbrio europeu e as guerras de hegemonia, pág. 424.—Os primeiros tratados relativos aos direitos dos neutrais, pág. 424. — O direito das gentes estabelece a noção de arbitragem, pág. 424. — O padre de Saint-Pierre preconiza a formação de um «corpo europeu», pág. 425. — Bentham e Kant retomam a ideia de uma sociedade das nações, pág. 426. — A ideia da solidariedade universal dos homens, pág. 426.

CAPÍTULO XXVI — *A evolução do racionalismo na França e na Inglaterra dá à civilização ocidental o seu carácter individualista e universalista*

42

O prestígio europeu da civilização francesa, pág. 428. — A transformação dos costumes em França influencia toda a Europa, pág. 429. — O triunfo da arquitectura francesa, pág. 430. — A arqueologia faz reviver o estilo clássico, pág. 432. — Paris moderniza-se, pág. 432. — O individualismo exprime-se na arte pelo retrato, pág. 433. — A arte procura exprimir a vida, pág. 435. — O liberalismo inglês tende para o cosmopolitismo e o pragmatismo, pág. 435. — O deísmo, pág. 435. — O realismo de Pope e de Hume, pág. 435. — A história e a literatura satírica, pág. 436. — Adão Smith baseia a moral no interesse individual, pág. 437. — A maçonaria, pág. 437. — A evolução da França para o liberalismo, pág. 437. — O liberalismo de Montesquieu, pág. 439. — O racionalismo céptico de Voltaire, pág. 440. — O racionalismo evolui para o materialismo, pág. 442. — A Enciclopédia, pág. 442. — A reacção contra o racionalismo, pág. 443. — O romance realista, pág. 445. — Jean-Jacques Rousseau reage contra o cepticismo, opondo-lhe a fé na excelência da natureza, pág. 446. — Rousseau cria a mística democrática, pág. 447. — Condorcet opõe a Rousseau a tese do progresso histórico, pág. 449. — A ideia da excelência da natureza exprime-se na noção do direito natural, pág. 450.

CAPÍTULO XXVII — *A irradiação da civilização francesa*.

1. *A civilização franco-inglesa estende-se aos Países Baixos* 452
A influência francesa na Bélgica, pág. 452. — O predomínio da influência inglesa na Holanda, pág. 453.
2. *O movimento racionalista na Itália e na Espanha* 453
A contribuição original da Itália no campo do direito e da história, pág. 453. — A Espanha toma contacto com o pensamento inglês e francês, pág. 454.
3. *O despertar intelectual da Alemanha* 455
O despertar intelectual e o renascimento económico dão-se simultaneamente, pág. 455. — O *Aufklärung*, pág. 456. — O racionalismo francês inspira o despotismo esclarecido, pág. 457. — A guerra dos Sete Anos provoca uma reacção contra a influência da França, pág. 458. — O racionalismo conduz ao pietismo, pág. 459. — O movimento do *Sturm und Drang*, pág. 459. — A reacção «autoritária» de Kant, pág. 460. — O classicismo contra o *Sturm und Drang*, pág. 461. — A Áustria e o Sul da Alemanha sofrem a influência da França e da Itália sem participarem directamente no movimento do pensamento ocidental, pág. 463. — A influência da literatura alemã reage sobre a França, pág. 464.
4. *A corrente do pensamento ocidental penetra nos países escandinavos* 464

CAPÍTULO XXVIII — *O carácter cosmopolita da música* 436

As origens, pág. 466. — O grande surto da música nos séculos XVII e XVIII é dominado pelas escolas italiana e francesa, pág. 467. — O desenvolvimento da música alemã sob a influência italiana e francesa, pág. 468. — Bach, pág. 468. — Rameau cria a ciência da harmonia, pág. 469. — A querela entre a escola italiana e a escola francesa, pág. 469. — Gluck, pág. 469. — Os concertos, pág. 470. — Mozart, pág. 470.

CONCLUSÃO — *Toda a civilização se desenvolve, no século XVIII, a Oeste do Elba* 475

LIVRO VI

*Os Estados ocidentais encaminham-se para o liberalismo.
As potências continentais fundam-se sobre o autoritarismo.*

CAPÍTULO XXIX — *O período de crise dos Estados marítimos.*

1. *A crise do parlamentarismo inglês*
A política autoritária de Jorge III, pág. 477. — A luta entre o parlamentarismo e o autoritarismo real, pág. 478. — O governo de North (1770-1782) dá novamente ao rei o poder efectivo, pág. 480. — A política autoritária do parlamento nas colónias da América provoca a guerra da Independência dos Estados Unidos, pág. 481.
2. *A crise da monarquia em França* 482
A França volta-se para o mar, pág. 482. — A anexação da Lorena (1766), pág. 484. — A anexação da Córsega, pág. 484. — A França pratica no continente uma política de equilíbrio, com o apoio da aliança austriaca, pág. 484. — Choiseul incita o rei à guerra contra a Inglaterra, pág. 486. — Os parlamentos opõem-se ao absolutismo real e à autoridade política da Santa Sé, pág. 486. — A abolição da Companhia de Jesus, pág. 487. — Os parlamentos opõem-se ao lançamento de novos impostos, pág. 488. — Em vista da crise financeira, o rei recusa-se a desencadear a guerra contra a Inglaterra, pág. 488. — Maupeou tenta conciliar ao rei as simpatias da nação, por meio de uma política de reformas, pág. 489. — Os parlamentos apoiam a nobreza na tentativa de revalorização dos direitos feudais, pág. 489. — Para vencer a oposição dos parlamentos e restabelecer a autoridade real, Luiz XV reclama-se do absolutismo de direito divino (1771), pág. 490. — Maupeou acaba com a venalidade das funções e suprime os parlamentos, substituindo-os por conselhos nomeados pelo rei, pág. 490. — Para fazer face à crise financeira, o governo pretende apossar-se dos depósitos bancários, pág. 491. — A crise do regime, pág. 491.
3. *A crise da república nas Províncias Unidas* 492
A união dinástica arrasta as Províncias Unidas na esteira da Inglaterra, pág. 492. — Por morte de Guilherme III, os estados gerais restabelecem a república burguesa, pág. 493. — A república pratica uma política de imperialismo económico em benefício da burguesia capitalista, pág. 493. — A guerra da Sucessão de Áustria, deixando a república desarmada, à mercê da invasão, provoca o restabelecimento dos *stathouders*, pág. 494. — A luta entre os *stathouders* e o partido liberal, pág. 494. — A decadência económica, pág. 495.
4. *A crise da república na Confederação Helvética* 495
Após a guerra dos Trinta Anos, as cidades impõem a sua autoridade aos camponeses, pág. 495. — Ao tentar impor um pacto federal, Zurique desencadeia a guerra entre os cantões, pág. 496. — O imperialismo de Luiz XIV provoca a ruptura da aliança com a França e precipita a Suíça

na guerra civil, pág. 496.— Em 1715, a Suíça renova a aliança com a França e adopta um estatuto de neutralidade permanente, pág. 497.— A evolução para a oligarquia burguesa, pág. 497.

5. *O problema da independência da Bélgica* 498
 O renascimento da Bélgica sob o regime austriaco, pág. 498.— O fim da tutela da Contra-Reforma, pág. 499.— Impõe-se a ideia da independência belga, pág. 500.
6. *Na Espanha, a monarquia inicia uma política de reformas* 502
 A política reformista de Carlos III, pág. 502.— A reforma colonial, pág. 502.— A opinião esclarecida apoia a política reformista do rei, pág. 508.— Carlos III pratica uma política de independência perante a Santa Sé, e expulsa os jesuítas, pág. 504.— A herança do estatismo económico dificulta a restauração espanhola, pág. 506.
7. *O reino da Sardenha encarna o renascimento da Itália* 508
 A Itália retoma consciência de si própria, pág. 508.— A reacção contra o espírito da Contra-Reforma, pág. 509.— A Itália é partilhada entre a influência dos Habsburgos e a dos Bourbons, pág. 510.— O reino da Sardenha encarna o renascimento italiano, pág. 510.
8. *A crise do absolutismo assinala a orientação da Suécia para as potências ocidentais.* 511
 Depois dos malogros de Carlos XII, a Suécia abandona a política imperialista, pág. 511.— A exploração das minas de ferro e das madeiras integra a Suécia na economia ocidental, pág. 511.— A dieta desapossa a coroa do poder efectivo, pág. 512.

CAPÍTULO XXX — *As reformas do absolutismo esclarecido nos grandes Estados continentais.*

1. *A concentração política na Alemanha.* 513
 Hanovre, Baden e Saxe, pág. 514.— O Wurttemberg, pág. 514.— A Baviera, pág. 514.— Nas regiões do Sul, forma-se um patriotismo local pág. 515.— Nos pequenos principados alemães, as populações sofrem a atracção da Prússia, pág. 515.
2. *A reconstituição da Prússia depois da guerra dos Sete Anos* 516
 A Prússia encarna o renascimento alemão, pág. 516.— A teoria do absolutismo esclarecido, pág. 516.— A restauração das finanças, pág. 516.— A política reformista, pág. 516.— O malogro das tentativas de emancipação social, pág. 517.
3. *A centralização do império austriaco.* 517
 A Áustria torna-se uma monarquia centralizada, pág. 517.
As reformas centralizadoras de Maria Teresa, pág. 518:
 O soberano liberta-se da tutela da Igreja, pág. 519.— O ensino é laicizado e torna-se um serviço do Estado, pág. 519.— A Igreja passa a ser uma administração do Estado, pág. 520.— A política de germanização dos húngaros e de magiarização dos Eslavos e Romanos, pág. 520.— O absolutismo provoca o desenvolvimento da burocracia, pág. 519.— A emancipação da classe rural, pág. 521.— O aumento dos rendimentos do Estado, pág. 521.

O «absolutismo esclarecido» de José II (1780), pág. 522.

Todos os cultos — excepto o judaico — são reconhecidos pelo Estado e submetidos à sua autoridade, pág. 523. — A libertação dos servos, pág. 524. — A instauração da liberdade de comércio, pág. 525. — Estabelece-se o recrutamento, pág. 526. — A Áustria, Estado do *Aufklärung*, pág. 526.

4. *As reformas estendem-se aos restantes Estados alemães* 528
5. *O fim do poder político do papado.* 528
6. *A Rússia orienta definitivamente a sua política para a Europa. As reformas de Catarina II*

A crise do poder depois de Pedro o Grande, pág. 531. — A Rússia torna-se elemento activo da política europeia, pág. 532. — Isabel tenta introduzir o absolutismo de direito divino, pág. 534. — Catarina II conquista o poder por meio de um golpe de Estado, pág. 534. — As relações comerciais com as potências marítimas abrem a Rússia à influência ocidental, pág. 535. — Catarina II reúne uma grande comissão formada por representantes de todas as classes sociais do Império, pág. 536. — A abolição da autonomia dos Cossacos provoca a sua revolta, ao mesmo tempo que a dos servos das regiões de Leste e do centro, pág. 537. — A centralização administrativa, pág. 538. — As reformas de Catarina II não alteram o estado social da Rússia, pág. 534. — A secularização dos bens da Igreja, pág. 538. — A política de colonização interna, pág. 540. — Cria-se a ilusão de uma «ocidentalização» da Rússia, pág. 540.

CAPÍTULO XXXI — *O imperialismo territorial das potências continentais.*

1. *A nova noção do equilíbrio europeu* 542
- O centro de gravidade da Europa desloca-se para Leste, pág. 542. — Forma-se uma nova noção do equilíbrio europeu, pág. 543.

2. *A política das anexações.* 544
- Do imperialismo dinástico à política de anexação, pág. 544. — A política de intervenção da Rússia e da Prússia na Polónia, pág. 546. — A França opõe-se ao desmembramento da Suécia, pág. 547. — A intervenção russa provoca a guerra civil na Polónia, pág. 548. — A França leva a Turquia a declarar guerra à Rússia, pág. 548. — A Áustria intervém a favor da Turquia, pág. 548. — Para obstar ao desmembramento da Turquia, Frederico II propõe a Catarina II a partilha da Polónia (1772), pág. 549. — A Rússia faz nova tentativa para desmembrar a Suécia, pág. 550. — O tratado de Kainardji (1774) abre os Balcãs ao intervencionismo da Rússia, pág. 550. — Trava-se um conflito de hegemonia entre a Áustria, a Prússia e a Rússia tendo por objecto a Baviera, pág. 552. — A Rússia propõe à Áustria um plano de partilha da Turquia, pág. 554. — A Turquia e a Suécia atacam a Rússia (1788), pág. 556. — As suas ambições imperialistas provocam a luta entre a Rússia, a Áustria e a Prússia, pág. 556. — A Prússia procura estender o seu protectorado sobre a Polónia, a Boémia e a Bélgica, pág. 557. — A Prússia e a Áustria unem-se contra a Rússia pág. 558.

LIVRO VII

A independência da América e a liberdade dos mares que dela resulta iniciam na história do mundo a era do liberalismo

CAPÍTULO XXXII — No meio das crises internas, a França alia-se aos Estados Unidos.

1. *Luiz XVI tenta uma política de reformas liberais* 561
O malogro das reformas de Turgot, pág. 562. — A França prepara-se abertamente para a guerra, pág. 564. — Luiz XVI chama ao governo o banqueiro Necker, pág. 565.
2. *A guerra com a Inglaterra e a independência dos Estados Unidos* 565
A França alia-se aos Estados Unidos, pág. 565. A França toma a defesa da liberdade de navegação, pág. 566. — Malogra-se o projecto de invasão da Inglaterra, pág. 566. — A guerra da América, pág. 567. Necker procura adaptar a política interna da França à sua política internacional, pág. 567. — O tratado de Versalhes confirma a independência dos Estados Unidos, pág. 569. — A fundação de Washington (1783), pág. 570. — O tratado de Paris instaura em todos os mares a liberdade de navegação (1784), pág. 571.
3. *Os Estados Unidos estabelecem a sua constituição* 571
As ideias do direito natural harmonizam-se com o pietismo e com o realismo político, pág. 571. — A declaração dos direitos do homem, pág. 572. — A elaboração de uma constituição dos Estados, pág. 564. — A crise depois do tratado de Versalhes, pág. 576. — A elaboração da constituição federal, pág. 577. — A constituição americana marca o início do regime liberal individualista, pág. 578. — Washington, presidente da república (1789), pág. 579.

CAPÍTULO XXXIII — A repercussão da independência americana na Europa.

1. *A crise irlandesa* 581
2. *A repercussão na Suíça da revolução americana* 582
A revolução popular de Genebra em 1782, pág. 582.
3. *A crise na Holanda e na Bélgica* 583
A guerra agrava a crise entre os «patriotas» e o *stathouder* Guilherme V, pág. 583. — Para manterem o Escalda fechado, as Províncias Unidas aliam-se à França, pág. 583. — Na Bélgica, o autoritarismo de José II congrega contra ele católicos e liberais, pág. 583. Os estados da Holanda demitem o *stathouder*, pág. 584. — José II suprime a autonomia belga, e na Holanda o exército prussiano restaura Guilherme V, pág. 585. — Os liberais belgas voltam-se para a França, pág. 585.
4. *A repercussão da independência dos Estados Unidos nas colónias espanholas da América* 586
A guerra da independência dos Estados Unidos agrava a crise financeira espanhola, pág. 587. — A quebra do Banco de S. Carlos compromete a economia do país, pág. 587. — O problema agrário, continuando sem solução, impede a reconstrução económica, pág. 588. — A inquisição retoma a luta contra a liberdade de pensamento, pág. 588.
5. *A independência dos Estados Unidos precipita a crise da monarquia absoluta em França* 589

A crise intelectual e moral no fim do século XVIII, pág. 589 :

A literatura de ideias cede o passo à literatura de combate, pág. 589. — O amoralismo sucede ao septicismo, pág. 590. — A influência dos salões diminui, pág. 590. — A evolução para o heroísmo à romana, pág. 591. — Do racionalismo ao misticismo metafísico e revolucionário, pág. 591.

A crise social, pág. 592 :

A miséria provoca o ódio do proletariado aos que possuem a riqueza, pág. 593. — O conflito entre o campesinato e a nobreza por causa dos direitos feudais, pág. 593. — Os interesses dividem a burguesia, unida contudo para reivindicar a igualdade política, pág. 594. — A nobreza divide-se, pág. 594. — O baixo clero reclama uma reforma do estatuto interno da Igreja, pág. 595.

A crise económica, pág. 595 :

O aumento da dívida, pág. 595. — Os abusos da especulação, pág. 596. — A França entra na via do livre-câmbio pelo tratado de 1788 com a Inglaterra, pág. 596. — Tratados com a Indochina, Marrocos e a Rússia, pág. 597. — As colónias francesas abrem-se ao comércio estrangeiro, pág. 597. — A política de livre-câmbio com a Inglaterra, cuja técnica industrial se acha muito mais adiantada, provoca uma crise grave, pág. 598. — A crise económica, juntamente com uma má colheita, dá origem a perturbações sociais, pág. 599.

*A crise interna compromete a situação internacional da França pág. 599.**A crise política, pág. 601 :*

Calonne tenta o caminho das reformas, mas nada pode fazer contra a oposição dos privilegiados, pág. 601. — Loménie de Brienne entra em conflito com os parlamentos, pág. 602. — Os parlamentos reclamam a convocação dos estados gerais, pág. 602. — Os parlamentos tomam posição contra o absolutismo, pág. 603. — O rei suprime os parlamentos, pág. 603. — O rei restabelece os parlamentos, anuncia a convocação dos estados gerais e chama de novo Necker, pág. 604. — Afirma-se a soberania nacional, pág. 605. — A agitação social junta-se à agitação política, pág. 606. — A eleição dos estados gerais, pág. 606.

6. *O ressurgimento da Inglaterra depois da paz de Versalhês* 608

Os costumes democratizam-se, pág. 608. — O parlamento reage contra o poder pessoal do rei, pág. 608. — O governo «parlamentar» desmorona-se perante a dupla resistência do rei e da oligarquia privilegiada, pág. 609. — O ministério Pitt impõe-se com o apoio da opinião, pág. 610. — A política de reformas de Pitt defronta a oposição dos privilegiados, pág. 611. — Pitt domina a oligarquia dos proprietários, introduzindo na nobreza a classe rica, pág. 612. — A transferência para as mãos do rei dos poderes políticos da Companhia das Índias vence a oligarquia capitalista, pág. 612. — A economia inglesa envereda para o livre-câmbio, pág. 614. — A Inglaterra instala-se na Austrália, pág. 614. — O desenvolvimento económico da Inglaterra tem como suporte o bom estado das suas finanças, pág. 615. — O problema do poder na França e na Inglaterra, pág. 617. — Pitt institui o princípio da responsabilidade do primeiro ministro, pág. 617. — O ressurgimento internacional da Inglaterra, pág. 618.

Índice dos mapas 619

Índice das matérias 621

